

Comissão aprova pareceres a 31 projetos de lei

Assunto:

LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA



Comissão aprova pareceres a 31 projetos de lei

A Comissão de Legislação e Justiça aprovou os

pareceres a 31 projetos de lei na sua primeira reunião ordinária do ano, realizada no dia 1º de fevereiro, no Plenário Camil Caram. Entre os projetos aprovados está o PL 776/2009, de autoria do Executivo, que trata de alterações na Lei nº 8.616, que contém o Código de Posturas. Em redação final, foram aprovados os projetos 748/09, 821/09 e 831/09.

A reunião foi presidida pelo vereador Sérgio Fernando (PHS) e contou com a presença dos vereadores João Vitor Xavier (PRP), Divino Pereira (PMN) e Gunda (PSL). O único projeto rejeitado foi o 841/2009, que renomeava uma avenida no bairro Serra.

O Projeto de Lei 776/2009 ainda será apreciado, em 2º turno, nas comissões de Orçamento e Finanças, de Meio Ambiente e Política Urbana e de Administração Pública. Após essa tramitação poderá ser apreciado, em 2º turno, em Reunião Plenária.

Estacionamento rotativo

O PL 830/2009, de autoria de Paulo César 'Pablito' (PTC), que teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Legislação e Justiça, permitirá que o condutor compre pela internet e receba em casa o talão de estacionamento rotativo. De acordo com o projeto, o talão é hoje de acesso difícil, só sendo encontrado em bancas de jornais e alguns poucos estabelecimentos comerciais. Com o projeto fica criado o programa 'Estacionamento Rotativo em Casa'.

Achados e perdidos na internet

Com o PL 697/2009, o vereador Adriano Ventura (PT), autor do projeto, pretende facilitar a vida do cidadão que tenha perdido algum objeto, ou mesmo animais de estimação, em Belo Horizonte. A idéia é criar um sistema de informação disponível na internet, com caráter de utilidade pública, que dê acesso a todos os objetos perdidos ou extraviados. Por meio de um formulário, aqueles que encontrarem e estiverem de posse de objetos perdidos poderão inserir as informações na rede mundial de computadores. Haverá também a possibilidade de se entregar os objetos em postos disponibilizados e indicados pelo Poder Executivo.

Data publicação:

Domingo, 31 Janeiro, 2010 - 22:00
